

O BALANÇO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS: AVALIAÇÃO EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

FRANCISCO MAUÉS GONZAGA
Centro Universitário do Norte – UNINORTE/LAUREATE

ANTONIA SILVA DE LIMA
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

LUIZA MARIA BESSA REBELO
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

WALDEMAR ANTÔNIO DA ROCHA DE SOUZA
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

Objetivou-se avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, registrava a responsabilidade social das empresas brasileira de capital aberto. Do universo de 375 empresas abertas e negociadas na Bovespa, tomaram-se, como amostra intencional, as treze maiores empresas por valor de mercado em 2011, totalizando cerca de 60% do valor de mercado, reduzindo-se a amostra para quatro, Petrobras, Vale, Banco Itaú Unibanco e Banco do Brasil. A identificação dos indicadores de responsabilidade social registrou o Banco do Brasil com o maior número de indicadores sociais, seguido da Petrobras. Os indicadores de responsabilidade social apontaram 47,3% dos indicadores recomendados pela resolução específica do CFC. O balanço social relatado no relatório anual das empresas evidenciava parcialmente a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. Também era a melhor ferramenta de evidenciação de responsabilidade social empresarial. Entretanto, na prática, o balanço social ficava prejudicado pela falta de legislação que obrigasse as empresas a usá-lo.

Palavras-chave: Balanço Social. Responsabilidade Social Empresarial. Empresas abertas.

ABSTRACT

The objective was to assess whether the socio-environmental budget, published in the annual report, explained the social responsibility of Brazilian publicly traded companies. From the universe of 375 listed companies traded on Bovespa, the thirteen largest companies by market capitalization in 2011 were taken as a non-probabilistic sample, totaling about 60% of market value, reducing the sample to four, Petrobras, Vale, Banco Itaú Unibanco and Banco do Brasil. The identification of social responsibility indicators reported Banco do Brasil with the largest number of social indicators, followed by Petrobras. The social responsibility indicators showed 47.3% of the indicators recommended by the CFC specific resolution. The socio-environmental budget reported in the companies' annual report showed partial social responsibility for the publicly traded Brazilian companies. It was also the best tool for corporate social responsibility disclosure. However, in practice, the socio-environmental budget was hampered by the lack of legislation that would force companies to use it.

Keywords: Socio-environmental Budget. Social Responsibility. Publicly Traded Companies.

1 INTRODUÇÃO

Os gestores modernos precisam apontar um novo senso de responsabilidade aos interessados internos, quanto às expectativas de um tratamento justo, participação no processo decisório, local e instrumentos de trabalho adequados ao desempenho das funções e a possibilidade de trabalho em equipe. Assim, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou em 1997 um demonstrativo numérico examinando um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa, os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e a comunidade, denominado de Balanço Social, publicado anualmente. As organizações serviriam como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Dessa forma, de acordo com IBASE (2003), o objetivo do Balanço Social seria tornar pública a responsabilidade social empresarial, aumentando os laços entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, registrando as ações feitas para os profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando credibilidade às atividades que melhorassem a qualidade de vida geral.

No passado, a função das organizações limitava-se à geração de lucros para os sócios e acionistas, com debates sobre as responsabilidades que cada dirigente deveria assumir. Na atualidade, as discussões avançaram e alcançam os consumidores, que sinalizam para que os produtos e serviços sejam menos danosos à natureza. A comunidade na qual a empresa se insere incentiva a preservação ambiental e contribuição para a qualidade de vida pelas organizações. Mas, existem questionamentos se as empresas brasileiras de capital aberto são obrigadas a terem responsabilidade social e evidenciar as informações sobre o tema.

Em particular, as empresas brasileiras de capital aberto atingiram o valor de mercado de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões em 2010 (BM&F-BOVESPA, 2011). Ressalta-se que 57% do valor de mercado pertenciam a apenas treze empresas brasileiras que somavam US\$ 848,2 bilhões. Os números apontaram o elevado valor das empresas brasileiras, registrando a relevância do estudo da evidenciação da responsabilidade social das companhias de capital aberto. Mas questiona-se adicionalmente se o balanço social expressaria a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto.

Assim, a questão de pesquisa deste artigo é avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, expressa a responsabilidade social das empresas brasileira de capital aberto. Como objetivos específicos, pretende-se: i. apontar os critérios de identificação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto; ii. analisar as informações sociais e ambientais no conteúdo do balanço social das empresas brasileiras de capital aberto aplicando a Resolução do CFC nº 1.003/04; e, iii. comparar os indicadores de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto.

Este artigo divide-se em cinco partes. A primeira registra a introdução, com o tema, problema e objetivos. Na segunda, examina-se o referencial teórico, na terceira descreve-se a metodologia de estudo, a conceituação e as justificativas para uso do método de pesquisa. Na quarta parte apontam-se as análises dos resultados e por fim, na quinta parte as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico examinam-se os temas de responsabilidade social e o balanço social.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.1.1 Abordagem conceitual

Discute-se muito a responsabilidade social (RS) nas organizações públicas e privadas, buscando-se novos conceitos e métodos de gestão que aliem seus interesses aos do contexto que se inserem (FRAGA, 2010).

Kitahara (2007) definiu a responsabilidade social como a responsabilidade de todos os participantes da sociedade em preservar o ambiente e seus recursos para si e para as futuras gerações, produzindo e consumindo bens e serviços, sob o conceito de desenvolvimento sustentável e a transformação em ações concretas.

Dessa forma o conceito de responsabilidade social implicava um sentido de obrigação para com a sociedade. As empresas assumem compromisso de caráter moral não diretamente vinculados às atividades, mas que podiam cooperar com o desenvolvimento sustentável dos moradores da localidade onde estivesse instalada.

A pesquisa de Coelho (2010) apontou que a forma de exercício da RS de uma indústria alimentícia do Pará centrava-se na ação caridosa. Também, a ausência de gestão de projetos voltados à sociedade onde estava instalada refletia-se na fragilidade e instabilidade da empresa junto à comunidade.

2.1.2 Responsabilidade social empresarial

Registram-se décadas de debate sobre a responsabilidade social empresarial (RSE) resultando em extensa literatura que expressam filosofias que, apesar das diferenças reais entre os seus pressupostos teóricos, traduzem um consenso sobre a ideia fundamental que as empresas têm a obrigação de trabalhar para a melhoria social (GEVA, 2008).

Waddock (2004) apontou a metáfora de uma árvore de ramificação para descrever como o tema evoluiu para a compreensão atual da RSE, destacando que as tentativas de vincular os universos paralelos entre teoria e prática, em vários ramos conceituais, relacionavam-se entre si.

O Instituto Ethos (2007) definiu como responsabilidade social empresarial a maneira de gestão que expressa pela relação ética e transparente da empresa e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Diante do amplo debate institucional em nível mundial necessita-se também conceituar filantropia, ação social, marketing social ou marketing institucional. Segundo Karkotli e Aragão (2008) eram corretamente apontados como demonstração de responsabilidade social corporativa a ação social, o *marketing* social e o *marketing* institucional.

2.1.3 Balanço Social IBASE

O Balanço Social IBASE é um demonstrativo numérico que registra um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa, os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade, denominado de balanço social, publicado anualmente. Para organização serve como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Assim, o objetivo do balanço social empresarial expressaria o que a empresa fazia pelos profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscassem melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, a função principal seria tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (IBASE, 2003).

2.1.4 Global Reporting Initiative - GRI

A *Global Reporting Initiative* – GRI são diretrizes de comunicação sobre a responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas. Tem como objetivo elevar a qualidade dos relatórios das empresas a um nível passível de comparação, consistência e utilidade.

A GRI é uma organização não-governamental internacional sem fins lucrativos, com sede em Amsterdã, na Holanda, constituída em 2002. De 1997 a meados de 2002, era somente um projeto da *Coalition for Environmentally Responsible Economy* (Ceres), instituição não-governamental americana em parceria com o Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (Pnuma), cuja missão é desenvolver e disseminar mundialmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Todas as elaborações das versões das diretrizes e protocolos para relatórios de sustentabilidade contaram com a participação de voluntários de empresas, ONGs, trabalhadores, profissionais de contabilidade, investidores, auditores, consultores, ativistas de direitos humanos e representantes da comunidade científica, entre outros. Essas diretrizes encontram-se na terceira versão.

Registraram-se várias mudanças na nova versão comparada com as anteriores, como melhor estruturação do relatório e visualização dos conteúdos. As informações sobre a forma de gestão propiciam que o relator explicita o contexto no qual o desempenho da organização deve ser interpretado.

Uma nova divulgação da estratégia e análise permite que as organizações relatoras descrevam sucintamente sua abordagem geral em relação à gestão da sustentabilidade. Os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade são materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade.

Dessa forma, um relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI, entre outros propósitos, pode ser aplicado segundo o manual (GRI, 2006) como padrão de referência e *benchmarking* para avaliar o desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias. Também pode apontar como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável, comparando o desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

Nesse sentido, Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) destacaram a importância de ferramentas como as diretrizes da *Global Reporting Initiative* para avaliação de indicadores de sustentabilidade, mas também alerta quanto à necessidade de mais objetividade na definição dos

indicadores, após a verificação da elevada quantidade de unidades de informação requeridas em um único indicador.

2.2 O BALANÇO SOCIAL

2.2.1 Aspectos conceituais

O IBASE (2003) definiu o balanço social como um demonstrativo numérico que registrava um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa. Poderia ser apontado como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo Vieira (2006), elaborou-se o primeiro balanço social em 1972, pela empresa francesa Singer. Em 1977, a justiça francesa aprovou uma lei tornando obrigatório o balanço social para as empresas com trezentos ou mais funcionários. Com a aprovação da lei, em função das preocupações com as causas sociais e ambientais, o balanço social passou a ser um instrumento contábil usado mundialmente.

O conceito de balanço social difere na literatura. Por exemplo, para Freire (2003) o BS seria um conjunto de informações com base técnica contábil, gerencial e econômica capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho. Sucupira (2001) definiu o BS como um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos empregados e a comunidade.

Melo Neto e Froes (2001) apontaram o BS como um instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial. No entanto todos os autores convergiram para um ponto comum, de que o balanço social possibilitava às empresas prestarem conta sobre a responsabilidade social ao principal mantenedor, a sociedade em geral.

2.2.2 Aspectos históricos

O uso do balanço social iniciou-se nos anos 60, nos EUA e na Europa, quando o repúdio da população à guerra do Vietnã motivou um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no hoje denominado balanço social (TORRES; MANSUR, 2008).

Todos os *stakeholders* beneficiam-se com a divulgação do balanço social de uma corporação, dos dirigentes ao corpo funcional, assim como a sociedade em geral. Segundo o IBASE (2003) o BS arrolaria informações úteis aos dirigentes para a tomada de decisões relativas aos programas sociais da empresa.

2.2.3 Balanço social empresarial

O objetivo do balanço social empresarial, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), era registrar o resultado da influência mútua entre a empresa e o meio onde atuaria. Para os autores, o BS da empresa deveria demonstrar os resultados das ações com recuperação

ambiental, recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade civil, conforme as quatro vertentes explicitadas no Quadro 1:

Vertentes	Descrição
Balanco Ambiental	Demonstra os investimentos em equipamentos e tecnologia voltados a recuperação ambiental, objetivando sua preservação e proteção.
Balanco de Recursos Humanos	Visa evidenciar o perfil da força de trabalho, como a idade, o sexo, formação escolar, estado civil e tempo de trabalho na empresa, bem como a remuneração e benefícios concedidos aos funcionários como salário, auxílio alimentação, educação, saúde e transporte.
Demonstração do Valor Adicionado	Evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento da região, ou seja, discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e a forma como distribui essa riqueza.
Benefícios e Contribuições à Sociedade Civil	Demonstra o grau de responsabilidade social assumido pela empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais e educação de necessitados.

Quadro 1. As quatro vertentes do balanço social.
Fonte: Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007).

Para Torres e Mansur (2008), a empresa registraria no balanço social as ações para os profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade em geral, dando transparência às atividades que melhorassem a qualidade de vida geral, isto é, a função principal seria tornar pública a responsabilidade social empresarial, estabelecendo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

2.2.4 Balanço Social *versus* Contabilidade Social

Para Tinoco (2008) a empresa apareceria como resultado crescente de uma coalizão de interesses entre os diferentes grupos sociais. A organização do grupo intensificaria o poder e necessitando exercitar informações, adaptando-se as modalidades às exigências.

Assim como a Contabilidade seria a ciência que estudava os acontecimentos ocorridos no patrimônio das entidades (FRANCO, 1997), a Contabilidade Social avaliaria as influências recebidas e exercidas sob o meio social em que a empresa estivesse inserida pela coleta, registro e análise de fatos e dados, bem como as consequências da existência (DAVID, 2001).

3 METODOLOGIA

Descrevem-se a tipificação, amostragem e planejamento da pesquisa.

3.1 Tipos e métodos de pesquisa

Este estudo fundamentou-se numa abordagem comparativa, de caráter quali-quantitativo, com natureza de estudo exploratória e técnica de coleta documental e bibliográfica. Segundo Gil (1999), o método comparativo proporcionaria ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e precisão no estudo dos fatos sociais. O método comparativo

investigaria indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades.

O caráter quali-quantitativo registraria a combinação das modalidades qualitativa e quantitativa. O primeiro identificou os significados dos eventos sem a necessidade de aplicar ferramentas estatísticas. O caráter quantitativo examinaria a investigação objetiva com base em variáveis mensuráveis e proposições prováveis (LAKATOS; MARKONI, 2002).

Portanto, o estudo foi qualitativo, pois buscou identificar os indicadores de responsabilidade social no balanço social do relatório anual das empresas de capital aberto. Foi quantitativo ao mensurar o nível de atendimento do balanço social das empresas aplicando a Resolução do CFC nº 1003/04.

A natureza exploratória da pesquisa resultou das análises documentais e bibliográficas, buscando sistematizar o assunto desenvolvido por outros autores de forma a atingir os objetivos propostos (GIL, 1999).

Adotou-se a técnica de coleta de dados de documentação indireta, incluindo a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental caracterizou-se pela fonte de coleta de dados se limitar a documentos definidos como fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 2002). As fontes primárias deste estudo foram os relatórios anuais de sustentabilidade das empresas brasileiras de capital aberto.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrangeu toda a bibliografia relacionada ao tema do estudo, incluindo livros, revistas, artigos, teses, dentre outros, (LAKATOS; MARCONI, 2002).

3.2 Etapas da pesquisa

Examinaram-se as perguntas para auxiliar o pesquisador durante a realização do projeto, estando atreladas aos objetivos específicos (YIN, 2010). Assim, apontam-se as questões que identificaram as diretrizes para respondê-las:

1. Quais os indicadores de responsabilidade social que as empresas brasileiras de capital aberto usaram para validar o balanço social?
2. Qual a metodologia aplicada para validação do relatório anual pelas empresas?
3. Qual a diferença registrada no balanço social entre as empresas que melhor apontava a responsabilidade social?
4. Quais os indicadores que literatura sobre responsabilidade social recomenda?
5. Quais os indicadores de responsabilidade social examinado em maior e menor grau?
6. Quais empresas apresentaram o conteúdo do balanço Social conforme a Resolução CFC nº 1.003/04, sobre informações de natureza social e ambiental?

3.3 Universo, local e amostra

Analísaram-se os relatórios anuais de sustentabilidade referentes ao ano de 2010 das empresas de capital aberto, com base em BM&F-BOVESPA (2011). Do universo de 375 empresas abertas tomou-se como amostra as treze maiores por valor de mercado. O critério de escolha baseou-se em que registravam aproximadamente 57% do valor total de mercado da BM&F-BOVESPA.

A seguir optou-se em pesquisar apenas as empresas que aplicassem a metodologia da *Global Reporting Initiative* - GRI na validação do seu relatório anual de sustentabilidade de 2010. A GRI relata a comunicação sobre a responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas, para elevar a qualidade dos relatórios das empresas a um nível de comparação,

consistência e utilidade. Assim, o critério GRI apontou quatro empresas: Petrobras, Vale, Itaú Unibanco e Banco do Brasil, que formaram a base amostral do estudo.

3.4 Planejamento da pesquisa

A etapa identificou no relatório anual uma lista de indicadores de responsabilidade social para validar o balanço social, das empresas, para posterior comparação com a Resolução CFC nº 1.003/04. Entretanto não se avaliaram os resultados de investimentos sociais. O estudo identificou as ações e comparou-as com a Resolução CFC nº 1.003/04 para responder à questão de pesquisa.

Assim, o roteiro da análise do conteúdo do relatório anual dividiu-se em três etapas, as duas iniciais identificaram as características do relatório e o atendimento da Resolução CFC no 1.003/04. A terceira comparou os resultados, classificando as empresas pelo grau de atendimento da Resolução. Entretanto, como a amostra foi intencional, não se estabeleceu nenhum tipo de relação entre o tamanho da empresa e a qualidade do relatório, ou ainda o controle e característica do relatório. Portanto, a divisão do roteiro de análise do conteúdo do relatório anual foi:

A. Análise das informações sobre a estrutura do relatório.

A1. Divulgação da Resolução CFC nº 1003/04.

A2. Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório, quantos?

A3. O relatório está estruturado conforme as quatro vertentes do balanço social?

B. Análise das informações dos indicadores de natureza social e ambiental pela Resolução CFC nº 1003/04.

B1. Geração e distribuição de riqueza.

B2. Recursos humanos.

B3. Interação com o ambiente externo.

B4. Interação com meio ambiente.

C. Comparação dos resultados

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 aponta a análise de conteúdo do relatório anual das empresas pesquisadas. Objetivou-se caracterizar os relatórios analisados para identificar o conteúdo mais amplo da amostra da pesquisa:

Empresa	A1	A2	A3
	Resolução CFC nº 1003/04	Outro modelo (quantos)	Quatro vertentes
Petrobras	Não	Sim (2)	Não
Vale	Não	Sim (3)	Não
Itaú Unibanco	Não	Sim (5)	Não
Banco Brasil	Sim	Sim (3)	Não

Tabela 1. Dados de caracterização da amostra coletados na parte A do roteiro de avaliação dos relatórios. A1. Divulgação da Resolução CFC nº 1003/04. A2. Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório, quantos? A3. O relatório está estruturado conforme as quatro vertentes do balanço social?

Fonte: Dados da pesquisa.

A Resolução CFC nº 1.003/04 estabeleceu os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental. O objetivo foi demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Foi elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 19.08.2004, vigorando em 01.01.2006, mas com recomendação de adoção antecipada. Entretanto, 75% dos relatórios analisados não incluíam a Resolução CFC nº 1.003/04.

Em adição, não se analisou o padrão de modelo de relatório. Examinou-se o uso do modelo GRI no balanço social, divulgado no relatório anual, para registrar a responsabilidade social das empresas de capital aberto. O modelo GRI define um volumoso número de indicadores de responsabilidade social. O item identificou que os relatórios apontavam a adoção de outros modelos de indicadores de RS, descritos no Quadro 2:

Empresas	Modelo
Petrobras	Princípios Pacto Global e ISO 26000
Vale	Princípios Pacto Global; ICMM e ISE
Itaú Unibanco	Princípios Pacto Global; Princípios do Pacto Global; AA1000; Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e Protocolo Verde.
Banco do Brasil	Princípios Pacto Global; IBASE e Resolução do CFC nº 1.003/04

Quadro 2. A2. Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório, qual?

Fonte: Relatório anual 2010 das empresas pesquisadas.

Também, nenhuma das empresas pesquisadas estruturou o relatório usando as vertentes do balanço social (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007), ou seja, com demonstração do valor adicionado, recursos humanos, recuperação ambiental e benefícios e contribuições à sociedade civil. Para efeito de coleta de dados usou-se como a estruturação das vertentes no sumário do relatório da empresa.

Após analisar os dados coletados sobre a empresa e os relatórios, analisaram-se as informações divulgadas no relatório anual das empresas que compõem a amostra. A etapa B da análise dos relatórios arrolou as classificações das informações quanto à divulgação das informações de natureza social e ambiental, conforme a Resolução CFC nº 1.003/04. Destacam-se a geração e distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação com o ambiente externo e a interação com meio ambiente.

Assim, a média aritmética do grau de atendimento do quesito de registros da DVA da Resolução CFC nº 1.003/04 foi de 67,7%. Dos seis componentes da Demonstração do Valor Adicionado, quatro não foram divulgados nos relatórios de duas empresas, Vale e Itaú Unibanco, conforme o observou-se, no Quadro 3:

A DVA deve evidenciar	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Receita bruta e as outras receitas	Sim	Sim	Sim	Sim
Insumos adquiridos de terceiros	Sim	Não	Não	Sim
Valores retidos pela entidade	Sim	Não	Não	Sim
Valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades	Sim	Não	Não	Sim
Valor total adicionado a distribuir	Sim	Não	Não	Sim
Distribuição do valor adicionado	Sim	Sim	Sim	Sim
Grau de atendimento	100%	33,3%	33,3%	100%

Quadro 3. Os Componentes da Demonstração do Valor Adicionado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos recursos humanos, os relatórios das empresas de capital misto, Petrobras e Banco do Brasil, alcançaram o grau de atendimento de 92% do item da Resolução CFC nº 1.003/04, em quanto os relatórios das empresas privadas, Vale e Itaú Unibanco, atingiram 15% e 0%, respectivamente, conforme o Quadro 4:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos	Sim	Sim	Não	Sim
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com encargos sociais	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com alimentação	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com transporte	Não	Não	Não	Sim
Gastos com previdência privada	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com saúde	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com segurança e medicina do trabalho	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com cultura	Sim	Não	Não	Não
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	Sim	Sim	Não	Sim
Gastos com creches ou auxílios-creche	Sim	Não	Não	Sim
Participações nos lucros ou resultados.	Sim	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	92,0%	15,0%	0,0%	92,0%

Quadro 4. Remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, pelos critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em adição, o Quadro 5 aponta que apenas o relatório do Banco do Brasil registrou os indicadores listados pela Resolução CFC nº 1.003/04, e em menor grau o relatório da Vale, com 50%, sendo que os demais relatórios superaram 60% de atendimento. Assim, o grau médio dos relatórios para o quesito atende a Resolução CFC nº 1.003/04 em 77,5%:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Total de empregados no final do exercício	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de admissões	Sim	Não	Não	Sim
Total de demissões	Sim	Não	Não	Sim
Total de estagiários no final do exercício	Sim	Não	Sim	Sim
Total de empregados portadores de neces. especiais	Sim	Não	Sim	Sim
Total de prestadores de serviços terceirizados	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por sexo	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por faixa etária: menores de 18 anos; de 18 a 35, de 36 a 60 e acima de 60 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por escolaridade: analfabetos, ensino fundamental, médio, técnico, superior, pós-graduados	Não	Não	Não	Sim
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	Sim	Sim	Sim	Sim
Grau de atendimento	90,0%	50,0%	70,0%	100%

Quadro 5. Recursos Humanos: Informações relativas à composição dos recursos humanos.
Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.
Fonte: Dados da pesquisa.

Também, os indicadores de interação com o ambiente externo apontaram que o total dos gastos alcançou 80% de atendimento em dada empresa. Porém, o grau médio de atendimento dos relatórios a Resolução CFC nº 1.003/04 foi de 75%, conforme o Quadro 6:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Educação, exceto a de caráter ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim
Cultura	Sim	Sim	Sim	Sim
Saúde e saneamento	Não	Sim	Sim	Sim
Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária	Sim	Sim	Não	Não
Alimentação	Sim	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	80,0%	80,0%	60,0%	80,0%

Quadro 6. Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com a comunidade. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.
Fonte: Dados da pesquisa

Registra-se adicionalmente, que o relatório das empresas do setor financeiro, Itaú Unibanco e Banco do Brasil, atenderam, respectivamente, em 50% e 66,7%, aos indicadores de evidenciação do quesito. O relatório das outras empresas, Petrobras e Vale, atingiram respectivamente 16,7 e 0%. O grau médio de atendimento dos relatórios analisados da Resolução do CFC nº 1.003/4 foi 33,3%, conforme o Quadro 7:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	Sim	Não	Sim	Sim
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	Não	Não	Sim	Sim
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	Não	Não	Não	Sim
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada	Não	Não	Não	Não
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção	Não	Não	Sim	Não
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	Não	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	16,7%	0,0%	50,0%	66,7%

Quadro 7. Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com os clientes. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.
Fonte: Dados da pesquisa

Em resumo, o item referente às informações sobre a interação com a comunidade teve o maior grau de atendimento, 75%, sendo 33,3% o grau médio de atendimento às informações relativas à interação com os clientes.

A seguir, a dimensão interação da entidade com o meio ambiente da Resolução CFC nº 1.003/04 apontando os indicadores listados no Quadro 8. Destaca-se que somente um relatório, Petrobras, alcançou 75% dos indicadores do quesito. Os outros relatórios registraram 15% dos indicadores da Resolução, com grau médio de atendimento de 25%:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	Sim	Sim	Sim	Sim
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	Não	Não	Não	Não
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	Sim	Não	Não	Não
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	Sim	Não	Não	Sim
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	Sim	Não	Não	Não
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	Não	Não	Não	Não
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	Não	Não	Não	Não
Passivos e contingências ambientais	Não	Não	Não	Não
Grau de atendimento	50%	12,5%	12,5%	25%

Quadro 8. Informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

Em suma, registra-se que dentre as quatro dimensões da Resolução, destacaram-se a geração e distribuição de riqueza com 67,7% de atendimento, enquanto a interação com o meio ambiente registrou o menor grau de atendimento, 28,1%. Também, quanto o grau de atendimento médio das empresas à Resolução CFC nº 1.003/04 destaca-se o Banco do Brasil com o maior número de indicadores de evidenciação, 65,6%, seguido da Petrobras, conforme a Tabela 2:

Dimensões	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil	Grau de atendimento médio das dimensões
Geração e distribuição de riqueza	100 %	33,3%	33,3%	100%	67,7%
Recursos humanos	60,7%	32,5%	35%	64%	42,5%
Interação com o ambiente externo	48,3%	40%	55%	73,3%	54,2%
Interação com Meio ambiente	50%	12,5%	12,5%	25%	25%
Grau de atendimento médio de cada empresa	64,8%	29,6%	34,0%	65,6%	

Tabela 2. Grau de atendimento médio da Resolução CFC nº 1.003/04. Atendimento das dimensões e de cada empresas.

Fonte: dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, expressaria a responsabilidade social das empresas brasileira de capital aberto. Assim, apontaram-se os critérios de identificação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto, analisando as informações sociais e ambientais no conteúdo do balanço social das empresas brasileiras de capital aberto aplicando a Resolução do CFC nº 1.003/04. Por último, compararam-se os indicadores de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto.

Nesse sentido, as empresas brasileiras de capital aberto negociadas na BM&F-BOVESPA alcançaram o valor de mercado de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões em 2010, sendo que 57% do valor pertenciam a treze empresas, somando US\$ 848,2 bilhões. Os números registraram a evolução das companhias brasileiras de capital aberto, sinalizando a relevância de estudar como era evidenciada a responsabilidade social das empresas brasileiras de grande porte.

Assim, a identificação dos principais indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas apontou que a maioria das empresas brasileiras de capital aberto divulgava apenas as informações que eram convenientes para a companhia. Destacaram-se a receita bruta e outras receitas, a distribuição do valor adicionado, o total de empregados no final do exercício, o total de empregado por gênero e gastos com educação, cultura e esporte relativos à interação com a comunidade. Entretanto, omitiram-se outros indicadores, por exemplo, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a empresa e a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais contra a corporação.

Também, a pesquisa identificou que a maior diferença apontada no balanço social das empresas com melhor grau de esclarecimento sobre a evidenciação de responsabilidade social foi o uso da Resolução CFC nº 1.003/04 ou do modelo IBASE no relatório anual. Em adição, comparando-se os indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto com os citados na literatura, distinguiu-se a ausência de informações com base nas técnicas contábeis, gerenciais e econômicas capazes de arrolar uma visão geral das ações sociais e ambientais da empresa.

Nesse sentido, a identificação do conteúdo do balanço social com a Resolução CFC nº 1.003/04 registrou que nenhuma empresa empregou relatório que atendesse integralmente àquela Resolução. Entretanto, sublinhou-se que o Banco do Brasil foi a única empresa que explicitou claramente a adoção da Resolução CFC nº 1.003/04, apesar dos resultados da pesquisa apontarem para o atingimento de apenas 66,2% dos critérios da Resolução pela empresa.

Dessa forma, pode-se concluir que o balanço social identificado no relatório anual das empresas pesquisadas esquematizava apenas parcialmente as ações de responsabilidade social das companhias brasileiras de capital aberto. Portanto, recomenda-se que as empresas abertas usem mais eficientemente as ferramentas de responsabilidade social e indicadores contábeis, em particular a Resolução CFC nº 1003/04. O uso eficaz dos instrumentos de evidenciação permitirá aos gestores nomear e demonstrar as iniciativas empresariais para manter, fortalecer e solidificar a imagem e a identidade da marca perante o público-alvo.

Em resumo, pode-se apontar que o balanço social é a ferramenta mais eficiente para registrar a responsabilidade social empresarial, mas na prática prejudica-se a eficácia pela ausência de legislação que obrigue as empresas a usá-lo. Como tema para futuras pesquisas, sugere-se a avaliação dos impactos da falta de adoção pelas empresas brasileiras de capital aberto dos critérios da Resolução CFC nº 1003/04 que parametrizam a avaliação da responsabilidade social empresarial.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. Relatório Anual 2010. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/>> Acesso em: 20/07/2011.

BANCO ITAÚ UNIBANCO. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: <<http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/index.htm>> Acesso em: 20/07/2011.

BM&F-Bovespa, 2011. Empresas Listadas. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/Listada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 04/04/2011.

COELHO, Izabel Cristina Martins. Responsabilidade Social Empresarial: o caso de uma Indústria Alimentícia no Estado do Pará. Natal: UFRN, 2010. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Administração), Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04**, de 19 de agosto de 2004. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 23 nov. 2010.

DAVID, Afonso Rodrigo de. Balanço Social: uma abordagem prática. In: VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão Contábil: o Futuro Hoje, 2001, Gramado, RS, Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 155-172, v.1.

FERNANDES, Fernanda da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidades. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev34_3.pdf. Acesso em 01/05/2011.

FRAGA, Nívea Maria. Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: Questões Conceituais. **Diálogos & Ciência** - Revista da Rede de Ensino FTC. Salvador. Ano IV, n. 13, p. 22-35, junho 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. Editora Atlas. São Paulo, 1997.

FREIRE, Fátima de Souza. Balanço social. Brasília: SEBRAE, 2003 (Série Contabilizando o Sucesso).

GEVA, Aviva. Three Models of Corporate Social Responsibility: Interrelationships between Theory, Research, and Practice. **Business and Society Review**, v. 113, p. 1–41, março, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS. Indicadores ETHOS de responsabilidade social empresarial. 2007. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/ Uniethos/.../Indicadores_2007_PORTUGUES.pdf](http://www.ethos.org.br/Uniethos/.../Indicadores_2007_PORTUGUES.pdf)> Acesso em 04/04/2011. [Similares](#)

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. 2006. Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/>>. Acesso em 04/04/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. Balanço Social. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview>>. Acesso em 12/04/2011.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

KITAHARA, José Renato. Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: um estudo empírico usando o balanço social padrão IBASE. São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PETROBRAS. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/rs2010/pt/>> Acesso em: 20/07/2011.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. **Balanço social, dez anos: o desafio da transparência. Rio de Janeiro**: IBASE, 2008.

VIEIRA, Maria das Graças. O Balanço Social e a Contabilidade – o novo paradigma da empresa-cidadã. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, n. 127, p. 34-41, dez. 2006.

VALE. [Relatório de Sustentabilidade 2010](http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%2010-%20PDF.pdf). Disponível em:<<http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%2010-%20PDF.pdf>> Acesso em: 20/07/2011.

WADDOCK, Sandra. Parallel Universes: Companies, Academics, and the Progress of Corporate Citizenship. **Business and Society Review**, v. 109, n.1, p. 5–42, mar. 2004.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: planejamento e método**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookmam, 2010.